



## O PAPEL DA MULTIDÃO NOS *DISCORSI* DE MAQUIAVEL

EURICO PEREIRA DE SOUZA<sup>1</sup>

**RESUMO:** Considerando alguns capítulos do Livro I dos “*Discorsi*” de Nicolau Maquiavel, pretende-se apresentar uma reflexão de como o pensador florentino pensou o papel da multidão na república. Neste sentido, se verificará, a partir das observações de Maquiavel, os aspectos críticos das ações da multidão, suas respostas a certos interlocutores, as forças e as fraquezas da multidão no processo político e, de certa maneira, explicitar a opção do secretário florentino por um republicanismo de base popular, na medida em que ele compreendia o povo como ator fundamental para a conservação dos valores republicanos. Maquiavel estava ciente de que sua avaliação incomodava os interlocutores e, devido a isto, pretende-se apresentar algumas posições contrárias às teses do Secretário de Florença, no caso, as observações de Francesco Guicciardini.

**PALAVRAS-CHAVE:** Povo. Maquiavel. Multidão. Guicciardini.

**ABSTRACT:** Considering some chapters of Book I of ‘*Discorsi*’ by Niccolo Machiavelli, this paper presents a reflection on how the Florentine thinker understood the role of the crowd in the Republic. It verifies Machiavelli’s observations on the critical aspects of the crowd’s actions, their responses to certain interlocutors, and their strengths and weaknesses in the political process. In a certain way, these considerations explicit the option of the Secretary of Florence for a people-based Republicanism, once he saw the people as a fundamental actor for the conservation of republican values. Machiavelli was aware that his appraisal disturbed interlocutors and, as such, it is intended to present some contrary perspectives to the Secretary of Florence’s theses, in this case, remarks from Francesco Guicciardini.

**KEYWORDS:** People; Machiavelli; Crowds; Guicciardini.

Pretende-se nesse trabalho apresentar uma análise acerca do papel da multidão na República segundo a abordagem de Nicolau Maquiavel exposta nos *Discorsi*<sup>2</sup>. Considerando um conjunto de capítulos da referida obra, busca-se expor os argumentos do secretário florentino, suas observações críticas, suas respostas a certos interlocutores e, de certa maneira, explicitar sua opção por um republicanismo de base popular, uma vez que Maquiavel

<sup>1</sup> Professor na Universidade Cidade de São Paulo (Unicid). Doutorando em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: euricoesouza@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Nossa base de consulta da obra de Maquiavel será *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, São Paulo: editora Martins Fontes, 2007; como apoio de texto original em italiano utilizaremos *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio*, Torino: Einaudi Tascabili, 2000. Ao longo do texto a referência a tal obra será por meio da expressão “*Discorsi*”.

claramente entende que o povo é um ator fundamental para a conservação dos valores republicanos.

Antes de avançarmos em nossa análise é preciso um esclarecimento a respeito do uso e do termo *multidão*. Após leituras dos capítulos dos *Discorsi*, aos quais nos referimos nesse artigo, decidimos fazer uso alternado das expressões “multidão” e “povo” com o mesmo sentido de semelhança que aparece em tais capítulos. A rigor, ao longo desses textos para as mesmas situações, fatos, e fatos históricos relacionados, aparece ora povo, ora multidão, e inclusive até o termo que tem um significado mais específico, no caso plebe (obviamente poucas vezes), porém no mesmo sentido que os casos anteriores. O emprego similar de tais termos se apresenta de maneira idêntica tanto na edição brasileira dos *Discorsi* (2007), como também na edição italiana (2000). Ainda nesse mesmo espírito, mesmo concedendo que o termo *popolo* não é de fácil definição nas obras de Maquiavel, Sandro Landi (2001) afirma que, por outro lado, aparece nas mesmas o semelhante uso dos termos: “*Povo* também (além disso) se expressa, nas principais obras, pela generalização de sinônimos como ‘*universal*’, ‘*multidão*’, ‘*vulgo*’, cuja definição permanece mais problemática.”<sup>3</sup>

A importância da multidão assinalada por Maquiavel nos obriga, ao menos brevemente, passar pela questão central já bem conhecida de sua visão republicana: o papel dos conflitos na edificação da república. Maquiavel já chamava atenção para este tema ao apontar em *O Príncipe*:

Porque em toda cidade se encontram estes dois humores diversos: e nasce, disto, que o povo deseja não ser nem comandado nem oprimido pelos grandes e os grandes desejam comandar e oprimir o povo; e desses dois apetites diversos nasce na cidade de um desses três efeitos: ou o principado, ou a liberdade, ou a licença. (NICOLAU MAQUIAVEL, 2011, p.103).

Também nos *Discorsi* o secretário de Florença alerta para a mesma questão, não somente valorizando-a como, novamente identificando o caráter produtivo de seu resultado. Condenando e, devido a isto, divergindo das leituras de seus contemporâneos que depreciavam os tumultos decorrentes dos enfrentamentos políticos na Roma republicana, dirá Maquiavel: “... e não consideram que em toda república há dois humores diferentes, os do povo, e o dos grandes, e que todas as leis que se fazem em favor da liberdade nascem da desunião deles...”. (NICOLAU MAQUIAVEL, 2007, p.22).

---

<sup>3</sup> Obviamente, não queremos com tal decisão desautorizar o trabalho de especialistas que buscam esclarecer a diversidade dos termos, suas formas de uso, no esforço da precisa interpretação das obras de Maquiavel, como por exemplo nos esclarecimentos de Claude Nicolet (2014 págs. 265-285) a respeito dos paralelos entre *popolo* e *plebe*.

Observa-se que para Maquiavel a natureza divergente dos humores apresenta a positividade de fazer emergir, na vida social, as boas leis. Entretanto, como os conflitos entre o povo e os grandes se inspiram em desejos distintos verifica-se nestas divergências algo de inconciliável. A respeito desse aspecto dos conflitos é lúcida a análise de Jose Luiz Ames

O que temos, portanto, é um enfrentamento de duas forças sociais fundado em dois projetos políticos opostos os quais cindem a cidade de modo radical. O que torna assimétrica esta relação é a diferença de posição dos atores em confronto, ou seja, de “comandar” da parte dos grandes e de “não ser comandado” da parte do povo. Assim, a acumulação de meios de opressão para serem exercidos sobre o povo por parte dos grandes encontra no povo uma busca correspondente (mas não necessariamente equivalente) de meios de resistência no sentido de conter a opressão. O resultado deste confronto/cooperação é a produção de *leggi et ordini* capazes de limitar a desmesura dos grandes e viabilizar um *vivere libero et civile*. Este espaço, porém, é impossível de ser estabilizado de forma definitiva, precisamente porque o movimento das partes conduz a uma permanente recombinação da relação de forças em jogo na cena pública. (AMES, 2018, p. 171. Aspas do autor).

Desse modo, Maquiavel tenta nos fazer compreender que a ordem política é produto de uma experiência humana, a experiência política, cuja natureza sempre tem em si a tensão, a solução que é provisória e aberta a novas resoluções, reino das dificuldades previsíveis e, na maior parte dos casos, imprevisíveis (VALVERDE, 1998, p. 45). A luta política com seus avanços e recuos, com conquistas temporárias, indicando o seu caráter provisório diante da obtenção dos interesses ou desejos de uma das partes, assinala que a ordenação política sempre está exposta a um equilíbrio precário que obriga diuturnamente as forças políticas negociarem.

Dessa maneira o conflito entre os dois humores é compreendido como inerente às práticas políticas vividas na república. Assim, a leitura do pensador florentino altera a ideia de ordem social, pois a constatação da presença da vontade de oprimir e os desejos de não opressão, as disputas com o uso contínuo da força faz dessa plena desordem o surgimento da própria ordem (LEFORT, 1986, p. 475), porém, sempre provisória. Logo, faz-se correta a interpretação da questão dos humores posta por Maquiavel como uma tensão irresolúvel e, simultaneamente, estruturante da ordem política (ADVERSE, 2013, p. 97).

Esse é o contexto teórico sobre o qual Maquiavel analisa o papel da multidão na república. Para Maquiavel a tarefa não é fácil. No período de composição dos *Discorsi* (SKINNER, 1996, p.174) há em Florença um valor depreciativo referente à multidão na condução das questões públicas. Tal avaliação, ora vista pelo seu viés negativo, ora com reservas, é resultado de toda uma tradição, cuja memória dramática em Florença repousa na *Revolta dos Ciompi* (BIGNOTTO, 1991, p.13-14), traduzida pelo pensamento comum de distintos grupos sociais como expressão de verdadeira anarquia comandada pelos trabalhadores de lã que tomaram o poder da cidade num período menor que duas semanas, em 1378. Além

disso, historicamente, a elite florentina, com sua base intelectual situada nos *Ottimati*, observava apenas em sua classe, cuja natureza é aristocrática, a presença do saber e da experiência política para a condução dos negócios públicos, conferindo ideologicamente, em vista disso, um caráter rebaixado às mesmas experiências por parte do *popolo*. E é nesse ambiente que um intelectual de estatura ao nível de Maquiavel, pertencente aos *Ottimati*, em hostilidade ao povo declarará: “... não encaminhar ao povo nenhum assunto importante”. Seu nome, Francesco Guicciardini (GUICCIARDINI, 2000, p.341).

Esse contexto nos indica ao menos dois aspectos: ao analisar a importância da multidão na edificação e manutenção da república, Maquiavel tinha clareza de que afrontava valores estabelecidos; e tal fato somente aponta a relevância das reflexões maquiavelianas a respeito do *popolo* na condução dos negócios na república.

No capítulo 53 do livro I dos *Discorsi* (MAQUIAVEL, 2007, p.152-156), Maquiavel trata das dificuldades apresentadas pelo povo no momento de decifrar os códigos políticos, isto é, todos os elementos simbólicos envolvidos em dada conjuntura política. A circunstância decorre de rumores entre a população de Roma de que a conquista da cidade de Veios proporcionava a possibilidade de parte da população habitar a terra conquistada, sendo esta muito rica e próxima à sede da república. A população examinava tal fato com enorme recepção, porém o senado e os romanos mais sábios observaram tal burburinho com cautela (MAQUIAVEL, 2007, p.153). Sobre isto, Lívio chamava atenção para a preocupação do senado: “se há tantas discórdias somente em Roma, o que será do poder de Roma administrar tantas discórdias simultaneamente em duas Cidades?” (LÍVIO, 1997, p.851). Analisando a situação, diz Maquiavel:

Aqui devem ser notadas duas coisas. A primeira é que o povo, muitas vezes, enganado por uma falsa imagem de bem, deseja sua própria ruína, e se alguém em que ele confie não o convencer de que aquilo é um mal, mostrando-lhe o que é o bem, as repúblicas serão expostas a infinitos perigos e danos. E, quando, porventura, o povo não confia em ninguém, como às vezes ocorre se tiver sido enganado antes por coisas ou homens, será inevitável que se chegue à ruína. (MAQUIAVEL, 2007, p.153).

A observação de Maquiavel esboça questões relevantes. No processo político o povo manifesta desejos, e estes nem sempre são claros. Obviamente, o fenômeno do desejo manifesto na ação política somente indica o quanto a própria política é expressão natural da vida entre os homens. Já sabemos que a cidade é influenciada pelos humores divergentes em dominar e não ser dominado. Portanto, o desejo como inerente à própria experiência política faculta ao agente ora ter clareza das ações, ora, diante delas, estar enganado, e é neste sentido que Bignotto nos adverte para o fato de que o desejo do povo não é o motivo em si de um suposto

enfraquecimento da liberdade, entretanto isto pode decorrer da falsa interpretação de seu objeto (BIGNOTTO, 1991, p.108).

Ao longo do capítulo, como é praxe de sua exposição, Maquiavel lista fatos históricos ocorridos entre os romanos ou povos estrangeiros nos quais o povo, por si mesmo, ou por meio de lideranças, toma decisões as quais trazem prejuízos para o Estado<sup>4</sup> devido à má interpretação dos fenômenos políticos. Sobre as atitudes da multidão que resultaram em tais fatos, Maquiavel nos propõe a seguinte explicação:

Portanto, considerando-se aquilo de que é fácil ou aquilo de que é difícil persuadir um povo, pode-se fazer esta distinção: ou aquilo de que o deves persuadir *representa* à primeira vista uma perda ou um ganho, ou então *parece* uma medida corajosa ou covarde. E sempre será fácil persuadir a multidão quando nas coisas propostas for visível o ganho, ainda que por trás dele haja perda, e quando elas parecerem corajosas, ainda que por trás esteja a ruína da república: por isso, é sempre difícil persuadir o povo das providências em que pareça haver covardia ou perda, ainda que por trás haja salvação e ganho (MAQUIAVEL, 2007, p.153-154. Grifo nosso).

Maquiavel atenta para algo interessante, pois tem um conjunto de significados. Os pares ganho/coragem e perda/covardia são expressões simbólicas dispostas na luta política, ainda mais em uma sociedade acostumada com a participação popular na vida pública. Neste sentido, como dimensões simbólicas, nem sempre os agentes têm plena clareza de seus significados ou desdobramentos. E, no caso do povo, são mais receptivas as decisões que imediatamente projetam o ganho ou exigem a coragem, mesmo que esteja implícita a perda ou a necessidade da covardia. Como bem sabemos, segundo a análise de Maquiavel, na política é preciso compreender todas as variantes da ação, e não descartá-las facilmente, uma vez que as circunstâncias mudam e os agentes lutam constantemente para compreendê-las. Devido a seu arraigado realismo fundado num certo empirismo no estudo dos fatos, ao lado da utilidade das lições extraídas das situações paradigmáticas da história e da experiência do presente (VALVERDE, 1998, p. 39-40), Maquiavel adverte aqui para as dificuldades, não somente do povo, mas de qualquer agente, em compreender todas as dimensões das decisões políticas.

---

<sup>4</sup>Faremos o uso do termo *Estado* com a inicial maiúscula que se explica por dois sentidos complementares: primeiramente, no avanço da modernidade a ideia de Estado será associada à soberania, e desse modo tal ser se configura como instituição impessoal, organizada a partir de dispositivos como o executivo, o legislativo e o judiciário, e por fim, detentor do monopólio social da violência. Certamente na época de Maquiavel não havia este uso e, inclusive no momento encontramos na edição italiana de *O Príncipe* (1974) o uso manifesto de *stato*, ou seja, estado. Para Maquiavel *stato* tinha como referência o estado de um príncipe, estado de uma família, estado de um povo compreendido como um domínio, um território ou possessão, enfim, propriedade (ver MÉNISSIER, 2002). Ao enfrentar esta questão, AMES (2011) indica uma polissemia do uso de tal termo em Maquiavel e, neste sentido, sobre o viés moderno do uso *Estado* dirá: “Isso, porém, não impede de constatar que, por vezes, Maquiavel faça uma utilização muito próxima ao semelhante significado atual”. Posição semelhante é conferida por Ménissier (2002, pag. 18): “No entanto, na obra de Maquiavel há inegavelmente algo de Estado moderno, que é definido pela soberania”. Consideradas tais questões, definimos como opção usar o termo na forma comum empregada atualmente, no caso, Estado.

Outro aspecto a ser salientado é que nas situações que envolvem ganho/coragem ou perda/covardia, o texto em si indica os termos que são signos da confusa compreensão dos fatos políticos: “representa” e “parece”. No original, tais termos estão indicados “*reppresenta*” e “*pare*” (MACHIAVELLI, 2000, p.114). É certo que no período histórico da escrita da obra não havia a plena clareza que tais termos significassem toda a problematização simbólica dos fatos políticos, porém o fato é que Maquiavel, nesta citação, e em outros momentos do conjunto de sua obra, já problematizava a representação na ação política, e o papel relevante da aparência (ADVERSE, 2008, p.111-128) como inerente a tal experiência humana. Bignotto, no mesmo registro dessas questões, diz:

(...) Maquiavel retorna à questão das representações, mostrando que a política não existe em um espaço neutro e transparente, mas num mundo povoado por imagens e símbolos cujos significados não são nunca imediatamente acessíveis aos atores políticos (BIGNOTTO, 1991, p.108).

Em síntese a esse capítulo inicial, para Maquiavel o povo é um agente presente no processo político, pois interfere, transforma, contribui para o aperfeiçoamento da república ou também para sua ruína e, como decorrência – isto é o mais importante – a tarefa a que se propõe é conhecer sua natureza e detectar suas forças e fraquezas. Vejamos com cautela esta leitura valorativa de Maquiavel sobre a multidão. Há dificuldades as quais Maquiavel busca enfrentar. O elemento popular é uma condição para se edificar uma república potente, mas não decorre desta percepção que Maquiavel fará um elogio ingênuo das ações populares (BIGNOTTO, 1991, p. 107-108). E um sinal disto é sua reflexão exposta no capítulo 37.

O objeto desse capítulo gira em torno da edificação da lei agrária e os tumultos que se seguiram (MAQUIAVEL, 2007, p.112-116). Os conflitos entre a plebe e a nobreza resultavam da determinação da extensão de terra que cada cidadão devia possuir, e os critérios pelos quais as terras apropriadas dos inimigos deviam ser partilhadas entre todos os cidadãos romanos. A lei impedia o aumento de posses àqueles que já tinham extensões acima do definido, e, ao determinar que as terras conquistadas seriam universalmente divididas, isto impedia os nobres de acumular propriedades. Esta nova lei tinha um caráter retroativo, e desse modo interferia em algo sempre problemático da experiência política: a alteração daquilo que já é costume. Tal cenário criou o ambiente de plena revolta. O confronto e a violência provocaram a desagregação social da república. Os magistrados já não conseguiam controlar a situação “... e como nenhuma das facções depositasse esperanças neles, recorreu-se aos remédios privados, e cada uma das partes tratou de constituir um cabeça que a defendesse.” (MAQUIAVEL, 2007, p.115). Portanto, na fragilidade das leis criam-se as condições para a eclosão das lutas de facções, e,

concluindo o retrato de fraqueza da república e a posterior ascensão do império, Maquiavel afirma:

“(…) chegou-se às guerras civis; depois de muito derramamento de sangue e variações da fortuna, a vitória ficou com a nobreza. Tais humores foram ressuscitados no tempo de César e Pompeu; porque, como César assumisse o comando do partido de Mario, e Pompeu, o do partido de Sila, quando ambos entraram em luta a vitória coube a César, e ele foi o primeiro tirano de Roma; de tal modo que nunca mais a cidade foi livre..”. (MAQUIAVEL, 2007, p.115).

Na fonte dessa fratura do corpo político está a nobreza, pois ao ter a república esmagado sua intensa ambição, o regime é por ela arrastado à ruína. Mas o povo também é agente do fracasso. Ao querer obter cargos e patrimônios (MAQUIAVEL, 2007, p. 113), tal qual os desejos facciosos da nobreza, e, assim querer mais possuir sem ter condições de adquirir, participava do enfraquecimento da república e da consequente perda da liberdade.

Intitulado como “Quanta autoridade precisa ter um homem austero para refrear uma multidão concitada”, o capítulo 54 apresenta uma reflexão a respeito da relação entre a multidão e uma liderança de *virtù* na situação em que esta consegue fazer as mediações necessárias, e que, devido a isto, é ouvida e respeitada pela turba. Em linhas gerais, a reflexão exposta no texto prossegue questões manifestas do capítulo anterior: “... a plebe inflamou-se tanto contra o senado (...) caso o senado não tivesse servido de escudo a alguns velhos e estimados cidadãos por cuja reverência à plebe foi refreada” (MAQUIAVEL, 2007, p. 153).

A esse respeito, Maquiavel retoma um fato ocorrido em Florença:

Há poucos anos, Florença estava dividida em duas facções, chamadas *Fratesca* e *Arrabbiata*; chegando ao emprego das armas, os *Frateschi* foram vencidos; entre eles estava Pagolantonio Soderini, cidadão de grande reputação naqueles tempos; durante aqueles tumultos, o povo dirigiu-se armado à sua casa, para saqueá-la, onde por acaso se encontrava Francesco, seu irmão, então bispo de Volterra e hoje cardeal; este, tão logo ouviu o alarido e viu a turba, vestiu-se com os trajes mais honrosos e, envergando o roquete episcopal, tomou a direção dos homens armados, detendo-os com sua presença e suas palavras; feito este que durante muitos dias foi notado e celebrado em toda a cidade. (MAQUIAVEL, 2007, p. 157-158. Grifos do autor).

O primeiro aspecto acerca da narrativa é a importância da *virtú* num determinado momento da ação que faz com que um homem ajude *il popolo* a decifrar a situação política determinada. Neste sentido, tal narrativa chama atenção de um lado para o elogio dos grandes homens que, capazes de conduzir a multidão a favor do bem público e da liberdade (BIGNOTTO, 1991, p. 108), lutam para preservar a república, e de outro, sendo a participação política a manifestação contínua de ações permeadas pelos desejos, nem sempre é possível evitar as veredas obscuras da ação em nome de uma objetividade transparente (BIGNOTTO, 1991, p. 105).

Esta presença de lideranças entre os mais diferentes povos é um indicador do quanto os fenômenos políticos não são facilmente apreendidos pelo *popolo*, e isto talvez resulte da localização no espaço social onde o povo está situado. O secretário florentino chamava atenção de seus leitores para este aspecto da realidade política:

Os homens, em geral, julgam mais com os olhos do que com as mãos, mais pelas aparências, porque se vêem todos e se conhecem poucos; todos vêem aquilo que tu pareces ser, poucos conhecem aquilo que tu és; e aqueles poucos não se atrevem a opor-se à opinião dos muitos que têm o poder do Estado para os defender; e nas ações de todos os homens, sobretudo na dos príncipes, quando não há juiz a quem reclamar, se olha para os fins. (MAQUIAVEL, 2011, p. 173).

Com outras palavras, o povo, devido à sua localização, observa à distancia as decisões políticas. Pode até participar delas, entretanto, nesta condição, os detalhes, os segredos, o que é dito e o que é escondido, não se compreende facilmente. Os que estão ao longe mais veem, os que estão perto são os que fazem. Daí o aparecimento de uma liderança. E, também, a política apreendida pelo povo através do olhar, ou seja, pelos aspectos simbólicos.

Na conclusão do capítulo, observa-se que tendo plena clareza de que a política se perfaz entre ações públicas a todos os atores, mas nem sempre transparentes aos mesmos, ao lado da presença dos desejos, envolvidos por símbolos no qual a representação e a aparência adquirem substância, Maquiavel recomenda (MAQUIAVEL, 2007, p. 157-158), partindo do exemplo acima, que a direção de exércitos ou de uma cidade tumultuada deve estar naquele que apresente benevolência e honradez, que tenha qualidade para ser reverenciado pelo povo, ou se não as tem, que ao menos pareça ter.

A reflexão de Maquiavel no capítulo 55 aproxima-se dos temas elucidados anteriormente e inclui a questão da corrupção presente não somente no corpo político, mas em toda sociedade.<sup>5</sup> Inicialmente Maquiavel faz o registro da experiência romana, cujo povo, demonstrando profunda virtude, se comprometia, sem alarde, a aceitar a decisão do Estado que definiu a cada cidadão doar a décima parte do que havia saqueado da cidade de Veio para dedicar a Apolo (MAQUIAVEL, 2007, p. 158-159). Logo a seguir, num tom resignado, Maquiavel diz que esta atitude já não é mais assumida devido ao caráter corrompido de povos de parte da França e Espanha e, acima de todos, da Itália. Na sequência, nosso autor desenvolve um argumento hierarquizando as situações: França e Espanha estão menos corrompidas e desordenadas do que a Itália, e o motivo é que

(...) isso não provém tanto da bondade dos povos, que em boa parte não existe, mas sim da existência de um rei que os mantém unidos, não somente por sua *virtù*, como

---

<sup>5</sup> Este tema é objeto de análise nos capítulos 17 e 18 do livro I.

também pela ordenação de tais reinos que ainda não estão degenerados. (MAQUIAVEL, 2007, p. 159. Grifo do autor).

Nesta direção argumentativa, Maquiavel indica que a corrupção é ainda contornável se, estando no povo, não atingir o corpo político, o que possibilitaria seus agentes propiciarem remédios à superação do problema. Este é o caso – no relato – da França e da Espanha, e que se diferencia da situação da Itália.

Outra referência da época em que destaca um povo ainda com traços de virtude é o caso da Alemanha, exemplificado pela coleta extraordinária de impostos, a qual o cidadão dirigindo à instituição pública

... joga numa caixa a tanto destinada aquilo que, segundo sua consciência, lhe parece dever pagar: desse pagamento ninguém é testemunha, a não ser quem paga... donde se pode concluir há bondade e religião naqueles homens (MAQUIAVEL, 2007, p.160).

Esta bondade, signo de virtude de um povo, resulta segundo Maquiavel

... primeiramente, [ do ] fato de não terem grandes relações com os vizinhos, porque nem estes foram à casa daqueles, nem aqueles à casa alheia, pois se contentaram em passar com os bens, em viver dos alimentos e em vestir as lãs que lhes são dados por sua terra; por isso foi eliminada a razão para quaisquer relações e, assim, o motivo de corrupção, pois não puderam pegar os costumes dos franceses, espanhóis e italianos, nações estas que em conjunto são a corrupção do mundo. (MAQUIAVEL, 2007, p. 160-161).

Aqui Maquiavel deposita a virtude na sociedade que evita cultivar as relações pessoais, talvez fontes de desejos particularistas, ou outros vícios. Porém, o mais importante é a defesa de que tal virtude resultou da busca dos bens pessoais por meio de seu próprio trabalho, exatamente o contrário a alguns valores preocupantes que o mesmo autor denuncia – em outros momentos do texto e em outras obras – como aqueles que “querem mais possuir sem ter condições de adquirir”, ou aqueles que “se preocupam mais com a perda do patrimônio do que com a morte dos pais”. Em seguida, Maquiavel aduz outro argumento:

A outra razão é que as repúblicas nas quais se manteve a vida política e incorrupta não suportam que nenhum de seus cidadãos se apresente nem viva como gentil-homem; aliás, mantêm a igualdade entre seus cidadãos, sendo grandes inimigos dos senhores e gentis-homens que existem naquela província; e, se por acaso lhes caem nas mãos alguns que sejam motivo de corrupção e razão de escândalo, eles o matam. E, para esclarecer o que é chamado de gentil-homem, digo que por gentis-homens são chamados os que vivem ociosos das rendas de suas grandes posses, sem cuidado algum com o cultivo ou com qualquer outro trabalho necessário à subsistência. Esses são perniciosos em todas repúblicas e em todas províncias, porém mais perniciosos são aqueles que, além de terem fortunas de que falamos, comandam castelos e têm súditos que lhes obedecem. (MAQUIAVEL, 2007, p. 161).

Nesta narrativa, Maquiavel claramente posiciona uma fonte de corrupção: a desigualdade proporcionada por uma sociedade na qual, ao lado dos que trabalham, há aqueles que somente vivem de rendas. Aqui a desigualdade social é a fonte maior de degeneração da

sociedade (BIGNOTTO, 1991, p.204) e o gentil-homem é figura central para tal origem da corrupção. Certamente, na análise maquiaveliana a corrupção não se origina somente em decorrência do papel social dos gentis-homens, mas a desigualdade social que ele expressa como símbolo contribui para a corrupção de toda sociedade (BIGNOTTO, 1991, p.206). Porém ao lado dessa constatação, Maquiavel propõe outra situação mais grave: perigosíssimo para a república é o gentil-homem que tem castelos e súditos que lhe obedecem. O foco aqui é o gentil-homem expressar o interesse claro de base particularista que, transformado em ação, coloca em risco o Estado: ter fortalezas e séquitos que o faz fundar facções. Desse modo, o gentil-homem manifesta não somente um tipo de ator que contribui para a desagregação do Estado e perda da liberdade, como aponta duas características desse ator para cumprir tais papéis: sua ação em direção ao ambiente público é facciosa; e sua natureza é de representação da desigualdade social, e todas as consequências que advêm de tal realidade (POCOCK, 2008, pag. 296).

Imediatamente, no percurso do texto, Maquiavel pensa nos remédios para a solução de tal problema. Isto somente demonstra o quanto havia de compromisso do nosso autor florentino com o republicanismo. Por outro lado, como fino leitor dos fenômenos políticos, não pensa somente na defesa da república, mas na possibilidade, quando necessária, do principado. Indicando cidades corrompidas pela presença de gentis-homens, Maquiavel já antecipa que “seria difícil implantar república nestas situações”, mas propõe outros caminhos possíveis:

... não haveria outro caminho a não ser constituir um reino. A razão é que, onde a matéria está corrompida, não bastam leis para contê-las, e é preciso ordenar junto com elas maior força, que é a mão régia, que, com poder absoluto e excessivo, ponha cobro à excessiva ambição e corrupção dos poderosos. (MAQUIAVEL, 2007, p. 161).

Diante de uma sociedade corrompida, o caminho segundo Maquiavel é o principado, que com o poder concentrado pode controlar e dirimir a avidez dos poderosos (gentis-homens) na possibilidade de restituir à sociedade a boa ordem. Nesta reflexão maquiaveliana entra em cena outra questão: a análise focando nos efeitos das desigualdades ou igualdades indica os regimes constitucionais possíveis, resultando, n' *O Príncipe* nas formas da república ou do principado (BIGNOTTO, 1991, p.206). O tema maquiaveliano agora é de base aristotélica: o papel do fundador – sendo ele príncipe, ou o legislador – de pôr forma à matéria. Em outros termos, Maquiavel está indicando na citação que um príncipe, ao encontrar uma sociedade em tal desagregação, sendo o povo a matéria, deverá por meio de fina análise encontrar e impor a forma mais adequada (perfeita) possível, sendo este o momento da fundação, ou da edificação da nova constituição. E, no caso indicado acima, uma sociedade cujo povo está corrompido,

não é possível edificar a república, assim sinalizando que é preciso escolher a forma adequada. No espírito desse tema, Pocock nos ajuda a compreender essa ideia da ação fundadora:

Para alcanzar el tipo ideal de acción, deberemos suponer una situación en la que la materia carezca de forma, y sobre todo, en la que no tenga existencia en una forma previa sino únicamente en la que el innovador le confiere; en este caso debe ser un legislador. (POCOCK, 2008, p. 258).

Nesta consideração, Pocock explicita a natureza da fundação implementada pelo legislador: um povo novo em um território novo. Um povo cuja ordem social é inexistente, onde “está tudo por fazer”. Neste sentido, é uma matéria que carece de forma, e mais do que isto, nunca teve forma, a saber, uma constituição fundadora. É nestas condições que o papel de fundação do Estado cabe ao legislador.

No caso do príncipe, a natureza da ação será outra:

Por contra, el principe nuevo no considera que la materia carezca por completo de forma: toma el poder de una sociedad ya estabilizada por sus propias costumbres y su tarea – relativamente difícil o fácil según la sociedad se encuentre habituada a la libertad o la obediencia – es reemplazar esa “segunda naturaleza” por otra. La función de su virtù non es imponer una *prima forma* (en la expresión utilizada por Savonarola y Guicciardini), sino expulsar las viejas formas y transmutarlas en las nuevas. (POCOCK, 2008, p.263-264).

Nesta condição, Pocock nos indica as vicissitudes do príncipe novo: após ter efetivado a conquista, encontra um povo com seus costumes próprios, isto é, há neste matéria, alguma forma cristalizada, e sua finalidade será, ao longo do tempo, criar os meios para substituir esta antiga forma, isto é, estes costumes por novos.

E é neste espírito que Maquiavel, avançando para a conclusão do argumento, faz a seguinte recomendação:

(...) quem quiser criar uma república onde houver muitos gentis-homens não poderá fazê-lo sem antes os eliminar todos, e todo aquele que quiser criar um reino ou um principado onde houver bastante igualdade só poderá fazê-lo extraindo dessa igualdade muitos que tenham ânimo ambicioso e inquieto, tornando-os gentis-homens de fato, e não de nome, dando lhes castelos e possessões, além de favores em bens e homens, para que, postos no meio desses homens, por meio deles, mantenham seu poder, e tais homens, por meio dele, mantenham sua ambição; e que os outros sejam obrigados a suportar o jugo que só a força, e nada mais, pode fazê-los suportar. (MAQUIAVEL, 2007, p. 162).

Um pouco acima chamamos atenção sobre as formas constitucionais e sua relação com as sociedades nas quais predominam a igualdade ou desigualdade. Se de um lado Maquiavel orienta o príncipe diante de um povo corrompido a refazer a fundação, por outro lado ele nos indica as situações da história na qual a conquista ocorre sobre a cidade que experimentou a liberdade: a ação se desdobraria na direção de certa particularização do poder na sociedade, mas isto sob seu total controle, criando uma rede de pessoas e famílias poderosas próximas de si. Somente dessa maneira, tal príncipe, diante desse povo acostumado à igualdade, poderá

enfim criar uma nova forma. Em nossos objetivos, ao realçar o papel da multidão na república, conclui-se que não somente nesta forma constitucional, como em outras, o grande desafio do legislador, ou do príncipe, é saber pôr forma à matéria, ou seja, encontrar a precisa adequação. Não basta desconsiderar a matéria, isto é, desprezar o povo, seu papel social e seus costumes, como também não basta agir sem propósito, isto é, dispensando a forma.

No capítulo 58, intitulado “A multidão é mais sábia e constante que um príncipe”, Maquiavel reflete claramente a respeito do terreno hostil sobre o qual defende suas ideias. Neste sentido, aponta uma situação clara de confronto com os valores da tradição. Diz:

Não sei se piso em terreno árduo e cheio de dificuldades, que precisarei depois abandonar com vergonha, ou seguir com grandes penas, ao tentar defender algo que, como disse, é alvo da acusação de todos os escritores. (...) Digo, portanto, que do defeito de que os escritores acusam a multidão, podem ser acusados todos os homens individualmente, e sobretudo os príncipes, porque qualquer um que não fosse regulado pelas leis cometeria os mesmos erros que comete a multidão irrefreada. (MAQUIAVEL, 2007, p. 167).

Nosso autor se refere claramente a escritores, indicando assim que o assunto tratado, e como ele trataria, projetaria profundas controvérsias. Aqui, devemos lembrar o início desse nosso texto: havia em Florença um contexto social que atribuía um tom depreciativo à ampla participação popular e a seu papel na república.

Ao analisar de maneira detida o texto de Maquiavel, observamos que em sua parte final há a seguinte ideia: na experiência política pode ocorrer – e ocorre no mais das vezes – o erro de avaliação, traduzido em ações instáveis, e para além disso, posições extremadas que podem pôr em risco a república. Mas – continuando o conteúdo da citação –, é para situações como estas que existem as leis, cuja finalidade educadora é regular as ações na sociedade. Ora, o erro não é uma propriedade somente do povo, mas dos príncipes e também dos *Ottimatis*, ou seja, de todo agente que, em determinada situação, não consegue decifrar com clareza os códigos políticos. É neste contexto que, para Maquiavel, erram aqueles que somente acusam o povo de falhas na atuação política.

A seguir, ao longo do capítulo, Maquiavel destila situações para apontar o quanto o príncipe erra mais que o povo, com a gravidade de que suas decisões podem ter consequências devastadoras. Neste espírito, indica que o povo num certo momento de extrema licenciosidade tem ainda a possibilidade de ouvir um homem de *virtù* e desse modo aceitar seu conselho, entretanto, na mesma situação, não há quem consiga aconselhar o príncipe (MAQUIAVEL, 2007, p. 171). Analisado os momentos de crueldade em que a multidão participa, sua preocupação central é a busca do bem comum; já a crueldade perpetrada pelo príncipe é contra aqueles que ele teme que se apodere de seu próprio bem (MAQUIAVEL, 2007, p. 172).

Maquiavel demonstra dessa maneira, neste exemplo, uma vocação particularista maior no príncipe do que no povo. Porém, apontando o valor profundamente republicano, Maquiavel reconhece que, por parte do príncipe ou do povo pode haver excessos, e se ambos Estados duraram é porque houve o apego e respeito às leis (MAQUIAVEL, 2007, p. 171), denotando que a regulação, por meio das leis, é necessária a ambos.

Em outra análise, que tem por finalidade destacar que o povo tem um papel importante para a república, nosso autor argumenta a respeito da finalidade dos papéis sociais: os príncipes são superiores na fundação, ou seja, na ordenação das leis, na constituição da vida civil, na edificação das instituições, entretanto o povo também é superior na manutenção da ordem social, na manutenção das instituições (MAQUIAVEL, 2007, p. 171).

No espírito da argumentação acima, lembra que nas escolhas dos magistrados geralmente o povo é mais sábio que um príncipe, e não somente, pois “... quanto à prudência e à estabilidade, digo que o povo é mais prudente, mais estável e de mais juízo que um príncipe” (MAQUIAVEL, 2007, p. 170). Entretanto, o povo pode errar e erra como no caso da ingratidão com relação a Mânlio Capitolino, mas, ali onde o mesmo povo demonstrou saudades e certa resignação, deve se considerar que a saudade era da *virtù* de Mânlio, conferindo desse modo nobreza a este sentimento. Mas, nesta temática, considerando as ações de certos príncipes, estes também erraram, como o caso de Alexandre com Clito, e Herodes com Mariana (MAQUIAVEL, 2007, p. 168).

Já sabemos pela análise do capítulo anterior o quanto Maquiavel estava ciente de que suas ideias sobre o papel do povo incomodavam seus interlocutores. Buscando compreender tal controvérsia com mais substância e, desse modo, entender um pouco o contexto dos debates que ocorriam em Florença no início dos quinhentos, vamos apresentar algumas reflexões de Francesco Guicciardini sobre o tema. Apenas como mais uma ilustração desse ambiente, um típico representante dos *Ottimatis*, em fase do governo republicano em Florença, de volta à cidade diz ser seu objetivo diante do governo popular “repelir da cidade tal imundice” (GILBERT, 1977, p. 25).

Nascido em Florença em 1483 e falecido em 1541 (GUICCIARDINI, 1995, p.35-40), Guicciardini foi contemporâneo de Maquiavel e um interlocutor dele, no sentido de ambos terem se encontrado nos mesmos círculos políticos, convivido com os dilemas políticos de Florença do início dos *quinhentos* e terem defendido visões divergentes do pensamento republicano italiano (BIGNOTTO, 2006, p.162). Se falamos anteriormente na interlocução entre Maquiavel e Guicciardini, deve se considerar que, diferente do primeiro, Guicciardini

não publicava seus escritos. Soma-se o fato de que a convivência entre ambos foi tardia, somente a partir de 1521 (BIGNOTTO, 2006, p.163). Admitimos como interlocução o fato de ambos terem se debruçado e tido opiniões diferentes sobre a ideia republicana de política, o papel do povo e dos *Ottimati* na república e, em particular, em Florença. Neste espírito de tênue comparação entre ambos os pensadores, são sugestivas as observações da historiadora Frances Yates:

Es pues oportuno que una traducción inglesa de los *Ricordi* de Guicciardini (traducidos como *Maxims*), con una excelente Introducción de Nicolai Rubenstein, haya salido a luz. El profesor Rubenstein (...) trata de Maquiavelo y Guicciardini juntos y hace comparaciones entre ellos. Subraya que Guicciardini debe más a la tradición política florentina que al pensamiento clásico y que su escritura histórica está fuertemente influida por el carácter factual de los *ricordi* florentinos, que es, en general, menos teórico que Maquiavelo y tiende a criticar las abstracciones de este último. Era también más pesimista que Maquiavelo, menos creyente en el poder de la *virtù* para contrarrestar a la Fortuna y, aunque siempre racional en su enfoque de los problemas, no confiaba demasiado en la eficacia de la razón. (YATES, 1991, p.168).

Dentro do espírito dos valores predominantes em Florença, Guicciardini entendia que a ideia de liberdade fazia parte da essência da cidade, e que esta não poderia ser destruída senão destruiria a própria cidade (BIGNOTTO, 2006, p.164). Como um típico representante da aristocracia de Florença, Guicciardini professava em linhas gerais os valores dos *Ottimati*, e ainda em 1530 acreditava que sua classe tinha um papel relevante nos negócios públicos de Florença (BIGNOTTO, 2006, p.165), e é neste contexto que escreve um texto crítico aos *Discorsi* de Maquiavel, intitulado “*Considerazioni intorno ai Discorsi Del Machiavelli*”<sup>6</sup>

Na obra de Guicciardini, em linhas gerais há divergências claras e bem marcadas com relação às posições de Maquiavel, e tais divergências percorrem ideias sobre a positividade dos conflitos para a liberdade na república romana – posição de Maquiavel que Guicciardini discorda totalmente –, o papel dos tribunos do povo e o papel da aristocracia na Roma republicana. Além disso, para os nossos propósitos, há a divergência sobre a função do povo na república. Primeiramente podemos destacar como Guicciardini observa a sua classe e, assim, por oposição perceber como potencialmente ele observará o povo. Neste sentido diz:

No governo dos *ottimati* há algo de bom: que sendo muitos não podem tão facilmente fazer uma tirania com um só, sendo [os governantes] os homens mais qualificados da cidade, governam-na com mais inteligência e prudência do que faria uma multidão, e, sendo honrados, têm menos motivos para conturbá-la, como poderiam facilmente fazer se estivessem descontentes. O mal [do governo dos *ottimati*] é que sendo grande a sua autoridade, favorecem aquelas coisas que lhes são úteis e oprimem o povo. E como a ambição não tem limite, para aumentar as suas condições [de poder], irrompem juntos e fazem sedição, e daí nasce, ou pela tirania ou por outro modo, a ruína da cidade. E se os *ottimati* estão por sucessão, e não por eleição, dos prudentes

---

<sup>6</sup> Escrito em 1529, o texto de Guicciardini que vamos utilizar é *Considerazioni intorno ai Discorsi Del Machiavelli*. In MACHIAVELLI Niccolò. *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio* “Torino: Einaudi Tascabili, 2000. Págs. 335-393.

e bons, as coisas [públicas] logo acabam nas mãos de imprudentes e maus. (GUICCIARDINI, 2000, 340).

Observa-se que Guicciardini atribui alguns valores fortes aos *Ottimati*: prudência, saber e honra. Mas também esboça que esta classe pode cometer excessos e, como decorrência, oprimir o povo e abrir o caminho para um governo ruim. Uma pequena referência encontramos sobre a multidão: esta não governa com prudência e inteligência, que são qualidades próprias dos *Ottimati*. Faltaria à multidão tais qualidades.

No espírito da análise do governo misto e de sua defesa, Guicciardini opina para a fragilidade das comunidades políticas, chamando a atenção para sua dissolução, ainda que se trate de uma república (MARIN, 2007, p. 86), e neste sentido reflete sobre a escolha do melhor regime:

Mas se fosse necessário instituir em uma cidade um governo só dos nobres, ou governo da plebe, eu acreditaria ser menos errado instituir o dos nobres. Porque havendo neles mais sabedoria, e tendo eles mais qualidades, poder-se-á sempre esperar que se organizem de alguma forma razoável. Enquanto o da plebe, sendo ela cheia de ignorância, de confusão e de muitas más qualidades, só se pode esperar que precipite e abale todas as coisas. Nem prosseguirei com aquela distinção: queres constituir uma república que conquiste ou uma que conserve; porque o governo da plebe não é nem para conquistar, nem para conservar, e o governo de Roma era misto, e não plebeu. E esta conclusão é concorde com a opinião de todos aqueles que escreveram sobre repúblicas, de quem propõe o governo dos *ottimati* àquele da multidão. (GUICCIARDINI, 2000, 346).

Na narrativa, de maneira transparente, Guicciardini faz os apontamentos discordando da abordagem de Maquiavel. Inicialmente retoma aspectos da citação anterior: as qualidades dos *Ottimatis* os definem como os mais adequados à condução dos negócios públicos. Em oposição está o povo, cujas qualidades para tal não existem, devido à sua ignorância, resultando somente confusão e precipitação da anarquia. Ainda marca posição contra Maquiavel ao expor que Roma teve sucesso, porém considerando que tal república era mista e não plebeia, e o povo não é o meio necessário para a conservação da república.

As considerações ilustram não somente as divergências de Guicciardini com relação às questões postas por Maquiavel, mas também ajudam a compreender o terreno espinhoso do debate que o secretário de Florença assinalava a respeito de posições que estava defendendo. E devemos considerar que não se trata da parte de Guicciardini uma rejeição pura e simples do papel do povo para condução da coisa pública. A este respeito diz Pocock:

Aun así, no puede haber mayor error que pretender ver en Guicciardini el simple portavoz de su clase; si bien es cierto que Guicciardini consideraba a los *ottimati* piedra angular de la organización política, no lo es menos que no albergaba ninguna ilusión respecto de cuál sería su comportamiento si se le permitía monopolizar el poder y las magistraturas. El protagonismo mínimo que concedía a las restantes clases políticas – incluso aun cuando Guicciardini por lo general no acostumbrara a conceder más que mínimos – se limitaba a proporcionar la estructura dentro de la cual las

virtudes de la aristocracia, es decir, su experiencia y la búsqueda del honor, podían permanecer intactas a la corrupción y por tanto eficaces. (POCOCK, 2008, p. 305).

Que Guicciardini claramente se identificava com os *Ottimati* não há dúvidas, mas ele atribuía a si um papel reflexivo e muito atento à conjuntura dos Quinhentos e às questões que Maquiavel pontuava. Certamente sua rejeição ao peso que *il popolo* deve ter na vida social se apoiava na crença de que o povo era realmente incapaz, e ao lado disto no impacto que tais ideias de Maquiavel ainda podiam ter em tal conjuntura. Devido a isto que segundo ele,

No governo popular o bom é que, enquanto dura, não há tirania; eles [o povo] seguem mais a lei do que os homens e o fim de todas as deliberações visa preservar o bem universal. De mal é que o povo, por sua ignorância, não é capaz de deliberar coisas importantes, e rapidamente fica em perigo uma república que coloca as coisas sob consulta ao povo; é instável e sempre ansioso por coisas novas e, devido a isto, fácil de ser enganado por homens ambiciosos e sediciosos. (GUICCIARDINI, 2000, 341).

Embora aqui apenas apontamos alguns indícios das posições de Guicciardini distintas das de Maquiavel, certamente a profundidade de suas reflexões é que o configurará para Pocock, junto com Maquiavel, como um dos dois grandes pensadores que contribuíram para a formação da tradição clássica republicana na Inglaterra e na América da Idade Moderna (POCOCK, 2008, 304).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADVERSE, Helton. A matriz italiana. In BIGNOTTO, Newton. (Org). Matrizes do Republicanismo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BIGNOTTO, Newton. Maquiavel Republicano. São Paulo: Loyola, 1991.

\_\_\_\_\_. Republicanismo e realismo: um perfil de Francesco Guicciardini. Belo Horizonte: editora UFMG, 2006.

GILBERT, Felix. Machiavelli e il suo tempo. Bologna: Il Mulino, 1977.

GUICCIARDINI, Francesco Considerazioni intorno ai Discorsi del Machiavelli. In MACHIAVELLI Niccolò. Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio Torino: Einaudi Tascabili, 2000.

GUICCIARDINI, Francesco. Reflexões (*Ricordi*). Edição Bilíngue. São Paulo: Hucitec/Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1995.

LEFORT, Claude. Le travail de l'oeuvre Machiavel. Paris: Gallimard, 1986.

LIVIO, Tito. Storie di Roma. Torino: Unione Tipografico – Editrice Torinese. 1997. A Cura di Luciano Perelli. Volume 2.

MAQUIAVEL, Nicolau. Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007. Revisão Patricia Fontoura Aranovich.

\_\_\_\_\_. O Príncipe. Edição Bilíngue. São Paulo: Editora Hedra, 2011.

MACHIAVELLI Niccolò. *Il Principe*. A cura di Luigi Russo. Firenze: Sansoni, 1974).

\_\_\_\_\_. *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio*. A cura di Corrado Vivanti. Torino: Einaudi Tascabili, 2000.

MARIN, Marcelo de Paola. *Maquiavel e Guicciardini: liberdade cívica e discórdias civis*. 2007. 96 p. (Dissertação de Mestrado. PUC/SP).

MÉNISSIER, Thierry. *Le Vocabulaire de Machiavel*. Paris: Ellipses, 2002.

NICOLET, Claude. *Strutture dell' Italia Romana*. Milano: Editoriale Jouvence, 2014.

POCOCK, J. G. A. *El momento maquiavélico*. Madrid: Editorial Tecnos, 2008.

SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Cia da Letras, 1996.

YATES, Frances A. *Renacimiento y reforma: la contribución italiana. Ensayos reunidos II*. Mexico: FCE, 1991.

### Artigos

AMES, Jose Luiz. *A formação do conceito moderno de Estado: a contribuição de Maquiavel*. *Discurso: São Paulo*, Vol. 41, 2011, págs. 293-328.

\_\_\_\_\_. *Teoria conflitual da política de Maquiavel: alternativa ao paradoxo moderno da relação entre poder constituinte e poder constituído?* *Discurso: São Paulo*, v. 48, n. 1, 2018, pp. 167–191.

ADVERSE, Helton. *Política e aparência. Hannah Arendt leitora de Maquiavel*. *Síntese: Belo Horizonte*, vol. 35, n. 111, 2008, págs. 111-128.

LANDI, Sandro. *Alcune considerazioni sulla « voce d'un popolo » in Machiavelli (*Discorsi*, I,58) »*, *Laboratoire italien*, 2001. <https://journals.openedition.org/laboratoireitalien/390> . Acesso em 03/07/2020.

VALVERDE, Antonio José Romera. *Maquiavel: a política como técnica*. *Hýpnos*. São Paulo: Educ/Palas Athena, 1998. Vol. 4, págs. 37-46.